

White Paper

Diversidade, Equidade, Inclusão e Pertença



futURe

INICIATIVA

futUR_e

A Merck, através do projeto FutUR_e, tem vindo a recolher *insights* de jovens sobre os temas que consideram prioritários para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e inclusiva. Um dos temas centrais é a Diversidade, Equidade, Inclusão e Pertença, reconhecido há quatro anos como prioridade estratégica da Merck, e considerado essencial para a criação de valor e sustentabilidade a longo prazo.

Este *white paper* apresenta as principais conclusões da 3^a Mesa Redonda que reuniu jovens especialistas, ativistas, profissionais de saúde e representantes de associações. O objetivo foi discutir os desafios, propor soluções práticas e deixar recomendações que possam ser consideradas por decisores políticos, instituições de ensino, empresas e sociedade civil.

As discussões revelaram a urgência de combater a invisibilidade e a discriminação, de promover representatividade real em posições de liderança, de criar políticas públicas inclusivas e de garantir acesso universal à saúde, educação e trabalho.

MESA REDONDA

Configuração da Sessão

No dia 22 de setembro de 2025, realizou-se no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa a 3^a Mesa-Redonda FutURe, que abordou o tema Diversidade, Equidade, Inclusão e Pertença. Esta sessão contou com a presença de **Pedro Moura**, Diretor-Geral da Merck Portugal, juntamente com oito jovens especialistas.



ANTÓNIO MARQUES PINTO

Médico e Presidente da Associação de Jovens Médicos (AJOMED). Exerce atualmente as funções de Presidente Interino da *European Environment and Health Youth Coalition* (EEHYC).



FILIPA RAFAEL

Médica Ginecologista diferenciada em Medicina da Reprodução.



FRANCISCO MARTINS

Vogal da Direção do Conselho Nacional de Juventude, Estudante do 5.º ano do Mestrado Integrado em Medicina pela Universidade de Lisboa e Dirigente da Associação dos Escoteiros de Portugal.



INÉS CARNEIRO E SOUSA

Investigadora no CIES-Iscte e Professora Auxiliar Convidada no Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, onde leciona disciplinas de Psicologia do Trabalho e das Organizações, Segurança e Saúde no Trabalho e Comportamento Organizacional.



ISRAEL PARÓDIA

Médico e Embaixador Europeu para a Educação Inclusiva do projeto conjunto da União Europeia e Conselho Europeu *INSCHOOL*. É um dos jovens conselheiros do Presidente da República no Grupo de Reflexão “O Futuro já Começou”.



JÔ RODRIGUES

Médico e ativista pelos Direitos LGBTQIA+, nomeadamente no acesso à saúde de pessoas Trans, dirige desde 2021 a Associação Anémona – Movimento de promoção e defesa de direitos e cuidados de saúde para pessoas LGBTI+ em Portugal.



MÓNICA CANÁRIO

Coordenadora de Projetos e *DEI Expert* na Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão (APPDI).



SANDRA BALDÉ

Dj, escritora e ativista contra racismo e discriminação.



Esta sessão foi moderada pela **Catarina Marques Rodrigues**, jornalista e a autora do Podcast “*Dona da Casa*” da Antena 3 e CEO da “*Gender Calling*”.

CONCLUSÕES PRINCIPAIS E CALL TO ACTION

Os dados do Barómetro FutURe 2025, uma iniciativa da Merck, evidenciou que apenas 44% dos jovens sentem que a sua voz é adequadamente representada, enquanto 71% manifestam o desejo de participar de forma ativa.

Se as gerações mais jovens não são ouvidas, não é possível construir medidas adequadas para esta camada populacional, tão diversa entre si; quando as políticas públicas são formuladas predominantemente por decisores mais velhos, sem a devida participação das gerações mais jovens, correm o risco de se tornarem desfasadas da realidade e das aspirações daqueles que mais tempo viverão com os seus efeitos. Paradoxalmente, são os jovens os principais destinatários dessas medidas, apesar de raramente serem envolvidos nos processos de decisão que moldam o seu futuro. Paralelamente, a invisibilidade de determinados grupos, como pessoas negras ou racializadas, LGBTQIA+, com deficiência e migrantes, continua a construir um obstáculo ao exercício pleno da cidadania, limitando a igualdade de oportunidades e a representação efetiva de todas as pessoas.

Os jovens presentes consideraram que o sector corporativo e instituições de ensino superior, em particular, têm também um papel crucial como agentes multiplicadores dessas mudanças.

O consenso do debate é inequívoco: as transformações necessárias devem ser estruturais, sustentadas por políticas públicas claras, devidamente monitorizadas e de longo prazo, mas simultaneamente impulsionadas por práticas organizacionais consistentes, capazes de traduzir os princípios de inclusão em ações concretas e visíveis no quotidiano.

Este consenso está focado em 4 grandes pilares discutidos pelo painel.

RECOMENDAÇÕES DE DESTAQUE

1

Investir em educação e literacia em Diversidade, Equidade, Inclusão e Pertença

2

Representatividade e Participação Política

3

Trabalho e Sociedade Inclusiva

4

Saúde e Fertilidade



PERSPECTIVAS POR DETRÁS DAS CONCLUSÕES PRINCIPAIS



Investir em educação e literacia em Diversidade, Equidade, Inclusão e Pertença

A educação é o principal pilar para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Para que isso aconteça, **o Estado deve integrar conteúdos obrigatórios sobre diversidade, equidade e inclusão nos currículos escolares e universitários, tornando estes temas transversais em todas as áreas de conhecimento.** Só através desta abordagem estruturada será possível combater preconceitos enraizados e promover uma cultura que respeita, valoriza e celebra a diferença.

A **literacia em saúde sexual e reprodutiva** surge também como uma prioridade. Promover informação clara e acessível sobre fertilidade desde cedo é fundamental, integrando estes conteúdos nos programas de educação sexual e nas unidades curriculares das formações em saúde. Hoje, o desconhecimento sobre os fatores que afetam a fertilidade, aliado às limitações do próprio sistema de saúde, coloca muitos jovens numa situação de desvantagem.

Para que esta transformação seja efetiva, é fulcral **formar profissionais de saúde, docentes e líderes organizacionais em práticas inclusivas.** Estes agentes têm um papel multiplicador, já que são responsáveis por transmitir conhecimentos e criar ambientes de aprendizagem e trabalho mais equitativos.

A **literacia política** deve também ser reforçada entre os jovens. Embora revelem grande vontade de participar e reivindicar, muitos não possuem ferramentas que lhes permitam transformar a sua voz em ação concreta. Programas educativos nesta área podem capacitar esta geração a compreender mecanismos de decisão, participar de forma consciente e influenciar políticas públicas com maior impacto.





Representatividade e Participação Política

A falta de representatividade real em posições de decisão continua a ser um dos principais desafios na construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva. Embora exista hoje uma maior consciencialização sobre a importância da diversidade, essa consciência nem sempre se traduz em práticas transformadoras. Em demasiados casos, a inclusão assume um carácter superficial, marcado pelo tokenismo e por gestos performativos que não produzem mudanças estruturais. A presença de pessoas negras ou racializadas, migrantes, LGBTQIA+ ou com deficiência em cargos de liderança permanece excepcional, quando deveria ser uma realidade transversal e normalizada. Sem representatividade genuína, as políticas públicas e as decisões institucionais continuarão a refletir apenas parte da sociedade, reforçando desigualdades e invisibilizações.

Neste contexto, as associações, especialmente as de juventude, assumem um papel essencial. São espaços de debate, participação cívica e construção de respostas coletivas, onde diferentes vivências e identidades podem ganhar voz. O seu fortalecimento é, por isso, determinante. **Ao garantir apoio financeiro e institucional a projetos, iniciativas, associações e movimentos que promovem diversidade e inclusão**, o Estado contribui para ampliar o debate público e para promover uma participação juvenil mais plural e representativa. É igualmente importante reconhecer que os jovens são diversos entre si, com prioridades, objetivos e expectativas distintas. As associações, quando valorizadas, têm a capacidade de refletir essa pluralidade e de construir pontes, gerando consensos que contemplem diferentes realidades e experiências.

Do ponto de vista jurídico, torna-se urgente reforçar o quadro de proteção contra a discriminação e o discurso de ódio. **A Assembleia da República deve alterar o artigo 13.º da Constituição, acrescentando a identidade de género como categoria protegida**, garantindo uma proteção inequívoca contra discriminação e violência dirigida a pessoas trans e não-binárias.

Por fim, é fundamental garantir que a igualdade não depende apenas da lei, mas também das condições concretas de acesso. Para isso, é necessário realizar **auditorias de acessibilidade (físicas, comunicacionais e digitais)** que permitam **identificar e eliminar barreiras ainda existentes**. Estas auditorias devem ter carácter independente e resultar em planos de ação concretos, acompanhados de mecanismos de penalização proporcionais à dimensão das organizações. Só assim se assegura responsabilização efetiva e se evita que a igualdade seja um princípio abstrato, sem correspondência na experiência vivida pelas pessoas.





Trabalho e Sociedade Inclusiva

A flexibilidade laboral assume aqui um papel central. Mais do que um benefício ou uma estratégia de atração e retenção de talento, deve ser entendida como um direito que contribui para o bem-estar, aumenta a produtividade e permite uma conciliação mais equilibrada entre vida profissional e vida pessoal.

Garantir igualdade de oportunidades no acesso ao emprego permanece outra prioridade incontornável. Práticas discriminatórias, como anúncios com limites de idade, requisitos associados ao género ou linguagem excluente, alimentam desigualdades e devem ser eliminadas. Em paralelo, torna-se essencial **criar programas de aceleração e mentoria dirigidos a grupos que enfrentam maiores barreiras para que não fiquem confinados a funções de**

entrada, sem progressão ou reconhecimento, perpetuando ciclos de precariedade e exclusão.

Também os mecanismos de conciliação familiar desempenham um papel decisivo. A existência de creches e serviços sociais acessíveis é crucial, sobretudo no combate às desigualdades de género. A ausência destes recursos continua a penalizar principalmente as mulheres, que assumem, de forma desproporcionada, responsabilidades de cuidado, limitando a sua progressão profissional.

Finalmente, a **implementação de mecanismos de monitorização e avaliação** é indispensável para garantir a eficácia das políticas de diversidade e inclusão. O Governo deve implementar auditorias independentes e regulares, com métricas claras e planos de melhoria associados, que permitam identificar falhas, acompanhar resultados e promover responsabilização.



Saúde e Fertilidade

A saúde, em particular a saúde reprodutiva e mental, continua a ser uma das áreas mais sensíveis e determinantes para o bem-estar das gerações mais jovens. Muitos jovens desconhecem os fatores que influenciam a fertilidade, o que limita a sua capacidade de planejar o futuro de forma informada. Por isso, **incluir informação clara sobre preservação da fertilidade, bem como sobre os limites e possibilidades dos tratamentos existentes**, é essencial para que cada pessoa possa fazer escolhas conscientes ao longo da sua vida adulta.

Repensar a formação de toda a rede de cuidados de saúde é igualmente fundamental. **Ginecologistas, médicos e médicas de família e restantes profissionais devem estar capacitados para**

abordar a saúde reprodutiva de forma ampla, científica e livre de preconceitos. Só com formação sólida, consistente e transversal será possível combater a desinformação e garantir que todas as pessoas recebem aconselhamento adequado às suas necessidades.

A dimensão da saúde mental exige também uma resposta estruturada. A prevalência crescente de problemas psicológicos entre jovens, em particular entre aqueles que pertencem à comunidade LGBTQIA+, torna urgente **reforçar o número de psicólogos no Serviço Nacional de Saúde e nos estabelecimentos de ensino**. A escola continua a ser um dos primeiros espaços onde sinais de vulnerabilidade podem ser identificados e acompanhados, mas isso só será possível se existirem profissionais preparados e em número suficiente para dar resposta.

A **Direção-Geral da Saúde deve criar centros de referência especializados em saúde LGBTQIA+**. Estes centros teriam um papel central na definição de protocolos, no apoio direto à comunidade e na partilha de conhecimento com outros serviços. Dessa forma, seria possível garantir cuidados mais adequados e evitar que jovens LGBTQIA+ se sintam invisíveis, desprotegidos ou marginalizados no sistema de saúde.



**Iniciativas como o FutURe são essenciais
para determinar as verdadeiras
necessidades da população.**

futURe



Saiba mais em:
merckgroup.com/pt-pt/projeto-future.html

Para uso externo